

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos dois dias do mês de junho de mil, novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:55 horas, o Presidente Conselho Municipal de Saúde, Roberto dos Santos, inicia a reunião informando os pontos de pauta: 1 – Votação de atas das reuniões dos dias 28/07, 06/08, 20/08, 03/09/98; 2 – Informes; 3 – Projeto VIGISUS; 4 – Eleição da mesa diretora. A seguir o presidente propõem que os informes sejam passados no início da reunião até que seja conseguido o quórum para iniciar a votação das propostas. A secretária geral Sônia Santos passa informes sobre o Hospital Municipal Odilon Behrens e faz a leitura da carta enviada ao CMS, na dizendo: Senhor Presidente, acusamos o recebimento do Ofício CMS 162/99 e informamos que: 1º - Não há pagamento extrajudicial ao funcionário do HOB, senhor José Henrique Cerqueira, a título de precatória; 2º - Neste momento estamos com mandato de sequestro para quitação dos precatórios no valor de quinhentos e noventa e oito mil e sessenta e um centavos; 3º - Ratificando nossa conversa verbal com o senhor José Osvaldo, estamos à disposição para manter um encontro, esclarecendo detalhes desta pendência judicial bem como outras informações que possam ser necessárias. Desde já, agradecemos o interesse desse Conselho pelo assunto, Atenciosamente, Maurício Albino de Almeida, Diretor Administrativo e Maria Luíza Nascimento, Superintendente HOB. A secretária geral, Sônia Santos informou também que o documento lido é relacionado às precatórias que o médico Dr. José Henrique Cerqueira entrou na justiça contra o HOB e ganhou a ação, colocando em risco o fechamento do HOB, em função dessa ação indenizatória. Em seguida passa para outro informe, fazendo a leitura do documento enviado ao CMS, informando que nos últimos seis a sete anos vimos serem criados, implantados e consolidados uma série de Conselhos, acreditamos que em número já são quinze, todos os Conselhos embora atuem sobre assuntos específicos, tem ações comuns e que em vários momentos são interconectados, além disso é claro, de todos terem em seu carro chefe o controle das cidades pelos seus cidadãos. Diante deste número tão grande e com ações tão importantes, entendemos que torna-se necessário uma maior articulação entre os mesmos, assim por iniciativa do coordenador do PROCON e presidente do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos do Consumidos, Rodrigo Campos, já mantivemos duas reuniões iniciais e consideramos que esta articulação precisa se ampliar, estamos programando um novo encontro para o dia 08/06, às 9:30 horas no auditório do DISMACON, Av: Alvares Cabral, 200, 4º andar, para ampliarmos esta discussão, a participação de pelo menos um representante deste Conselho, será muito valiosa para contatos ou maiores informações pelo telefone 277-4367 Neila ou Rodrigo. Pela Comissão Organizadora, subscrevemo-me, atenciosamente, Neila Maria, Assessora Especial de Assuntos de Defesa Social. A secretária geral Sônia informou que se alguns conselheiros estiverem interessados em participar fazer inscrições com José Osvaldo. O presidente do Conselho, Roberto dos Santos apresentou também a estagiária de relações públicas do CMS, Karla Luíza Marinho Carvalho, informou também que será entregue aos conselheiros um documento que contém a relação de documentos recebidos pela Secretaria Executiva do CMS durante o mês de maio elaborado pela estagiária Karla. Em seguida a secretária geral informa que os documentos já foram encaminhados aos conselheiros. O representante da Vila Cemig Adevanil, passa informes dirigindo sua fala ao Secretário Municipal, Marilio Malagutti presente a esta reunião e faz um pedido pessoal, dizendo fazer parte da Associação Vila Cemig e do Conselho do HJK e denuncia na área de saúde que uma senhora da Associação Vila Cemig está precisando de fazer um exame de Ressonância Magnética, porém tem encontrado várias dificuldades para este pedido, foi informado pelo gerente do Posto de Saúde da Vila Cemig, que precisa de alguém que tenha autonomia para assinar e autorizar este exame. Pede que o CMS ajude e delibere este caso. A conselheira Janine informa que os trabalhadores se reuniram em plenária no dia 31/05 para escolher um representante dos trabalhadores na mesa diretora, o qual escolheram para representar os trabalhadores na mesa diretora o conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho. O conselheiro Antônio Amâncio, representante dos usuários informa também que os usuários se reuniram no dia 31/05 e escolheram dois nomes para representar os usuários na mesa diretora que é o conselheiro José Osvaldo para Presidente e Gislene para 1ª secretária. O conselheiro Evaristo Garcia passa informes convida a todos sobre um debate da policia militar sobre “A Violência”, feito pelo Major Renato, que participou em recente reunião do CMS, sobre a violência nos Postos de Saúde e diz que o Major Renato pediu que se fizesse este convite a todos para assistirem, será realizado no dia 07/06, à Rua: Padre Marinho no Teatro Nansen Araújo, Santa Efigênia, informou também que o 2º encontro dos prefeitos foram feitas duas intervenções: 1 – Organizar um conselho para que o Ministério da Saúde só libere recursos para o município que tenha Conselhos e Fundo Municipal de Saúde para se ter certeza que esta verba foi realmente usada na saúde e por último diz que conversando com vários prefeitos, descobriu que os mesmos não sabem ainda o que é a constituição federal de 1988, que consta a união arrecada no município e leva o recurso para Brasília, depois os prefeitos teriam que ir à Brasília buscar estes recursos, para a realização de obras sociais afirma que os prefeitos não buscam e que os deputados não deixam nem buscam esses recursos alegando que irão arranjar, como se os mesmos estivessem dando o dinheiro para a saúde, declara que este meio é uma forma de “política” suja; 2 - Estão debatendo a possibilidade de fazer um ato público na Câmara dos Vereadores por intermédio do vereador Paulão, para discussão sobre a importância de se criar os Conselhos e fundos municipais de saúde nos municípios, para que os recursos saiam direto de Brasília para os municípios, para que se evite o repasse, acusando que no repasse o município perde até 60% do recurso para a saúde. Informa que 40% dos recursos da capital é responsável pelo estrangulamento de saúde da capital, devido ao fluxo migratório. A presidente da COPAVI – Cooperativa Padre Vicente de Paulo Burnier, Drª Aparecida Rossi, passa informes através de uma intérprete, pois a mesma é deficiência auditiva, informou que a COPAVI encaminhou uma carta ao CMS pedindo um esclarecimento pelo fato de uma reunião realizada no dia 25/05 com o departamento financeiro e administrativo da SMSA na qual a Cooperativa foi convocada, tratando-se de uma redução de

68 preços, porém os representantes da COPAVI esperavam que nesta reunião seria resolvido o problema de atrasos
69 de pagamento que vem ocorrendo desde Dezembro de 1998, diz que ficaram constrangidos com a situação
70 ocorrida e foram informados de caso não aceitasse a proposta de redução de preços o contrato da Secretaria com
71 a COPAVI estaria terminado, e a Secretaria já estava com proposta de uma outra concorrente. A presidente da
72 Cooperativa pede esclarecimentos quanto à existência de uma outra concorrente e porque a reunião para propor
73 redução de preços e não de acordos dos atrasos nas faturas e o procedimento que deveria ter ocorrido seria uma
74 reunião para discutir os atrasos e num outro momento trataria da redução e outra proposta. O presidente do CMS
75 Roberto Santos, esclarece e informa que enviou a CTRH para discutir a questão juntamente com a Secretaria e a
76 diretoria da COPAVI. A participante Fátima lê a carta enviada pelo Conselho Distrital de Saúde Barreiro, a
77 respeito da denuncia feita por Paula Carolina Fernandes. “No dia 25/05/99 fui atendida na urgência do HJK. O
78 médico solicitou o exame Beta HCG e me disse que o exame não poderia ser feito lá. Como não posso pagar e
79 nem tenho plano de saúde, levei o pedido ao Centro de Saúde do Vale do Jatobá onde me informaram que não
80 podia fazer o exame porque a consulta não foi feita lá. Liguei para o HJK e fui informada de que lá faz o exame,
81 mas só dos pacientes com prontuários no hospital o que não é o meu caso, já que o meu atendimento foi de
82 urgência. O que pergunto a esse Conselho é se eu tenho ou não tenho direito ao SUS, se tenho quem é
83 responsável pelo meu exame. Assinado Paula Carolina Fernandes, Rua: José Gualberto, 121, Vale do Jatobá”. O
84 presidente do CMS Roberto, informou que esta carta denúncia já foi encaminhada à Câmara Técnica e ao
85 Secretário Municipal de Saúde. O conselheiro Antônio Gomes denunciou que na terça-feira passada foi feito um
86 repúdio dos suplentes pelo conselheiro Antônio Carlos, declarou que ficou entristecidos com o fato do
87 conselheiro Antônio Carlos denunciar que suplente não tem vez neste Conselho, diz que se um conselheiro não
88 respeita outro dentro do próprio Conselho a questão é muito séria, pede que se faça uma reflexão, que fazer
89 política é conversar e não bater de frente contra a SMSA, como tem acontecido, diz que há um mês e dez dias
90 que o CMS não tem resposta dos pedidos da Secretaria, que o CMS não tem feito avaliação destas questões,
91 acusa o Conselho Municipal de só querer brigar, e este não é o momento para brigar com a Secretaria Municipal
92 de Saúde e nem contra o Secretário reafirmou o nome de José Osvaldo para presidente do Conselho e Gislene
93 para 1ª secretária, diz que estes nomes serão o fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde e haverá diálogo
94 com a secretaria e informa que se não houver diálogo não haverá conferência. A participante Selma Faveto da
95 Associação do bairro Ipiranga e membro da Comissão de Saúde, denunciou a instalação do Posto de Saúde
96 Ozanam, na Policlínica Silveira, que a população do bairro Ipiranga ficou prejudicada com o Centro da Saúde ter
97 parado na Policlínica, informa que em função deste comprometimento de atendimento da Policlínica Silveira
98 com a população, soltaram uma carta para a população onde se lê: Esclarecimento à população, A PBH montou
99 um serviço de atendimento à população no bairro Nova Floresta com o nome de Policlínica Silveira para
100 tratamento odontológico, nas especialidades de Endodontia, tratamento de canal, periodontia, tratamento de
101 gengiva e odonto pediatria – especializado em crianças. Após muito tempo de espera, desgaste a atividade
102 iniciou-se o atendimento em Dezembro de 1998, cinco meses depois, recebemos a notícia de que a Policlínica
103 vai ser desativada sem nenhuma explicação plausível a não ser para satisfazer caprichos de algumas pessoas
104 destituídas de espírito público. Com a politicagem, pequenos grupos acham-se donos da verdade e das decisões
105 em detrimento da saúde e prejuízo da comunidade. Os politiquinhos tem o discurso da democracia, mas na
106 prática são de um autoritarismo que sobrepuja do destituído e ultrapassado Augusto Pinochet. A população
107 nunca é consultada, na verdade ela é quem precisa saber o que está perdendo. Acaba-se com uma referência de
108 qualidade com o usuário, ao invés de ampliar uma unidade tão boa, ao invés de servir de modelo para outras que
109 imaginavam, seriam montadas. Somente quem pertence ao meio, sabem da importância da manutenção desse
110 serviço. A demanda é muito grande, o preço particular muito alto, impedindo ao acesso da maior parte da parcela
111 da população. Apenas um tratamento de canal mais simples custa em torno de trezentos reais. Em Belo
112 Horizonte, o número de unidades deste tipo não chega a meia dúzia. Os profissionais dos Postos de Saúde,
113 sabem como é importante manter estes serviços, porque sempre dependem dele para evitar a perda de dente, dos
114 pacientes, muitas vezes jovens, adolescentes, crianças de escola que ficam com a saúde e a estética
115 desastrosamente prejudicada. As pessoas da comunidade, associação comunitária, conselhos municipais de
116 saúde, sindicatos devem protestar se possível impedir a consumação desta medida contra o povo, deixamos aqui
117 o nosso veemente protesto contra esta decisão autoritária, o senhor prefeito Célio de Castro deve sensibilizar-se,
118 tomar providências contrárias a esta falta de respeito com a comunidade. O país é do povo e a prefeitura é do
119 povo. Assinado Equipe Odontológico Secundária da Policlínica Silveira Belo Horizonte, maio de 1999. Após a
120 leitura da carta, a senhora Celma informou que em virtude desta carta que acabara de ler, a diretora do Distrito
121 viajou e deixou assinado à disposição da mesma para a SMSA, diz que a carta teve um efeito bomba e quem
122 ganhou foi a população, pois a diretora mudou de idéia, porém informa que esta mesma diretora, manteve a
123 equipe da manhã e remanejou a equipe da tarde e que está “caçando a sua cabeça”. Diz não entender porque
124 disto uma vez que ela a admira, e tem respeito e vê como pessoa de decisão. Pede a colaboração das Comissões
125 de Saúde e Associações para ajudá-la a continuar no posto. O presidente do CMS informa que ela encaminhe por
126 escrito ao Conselho, e o CMS encaminhará às Comissões Locais e as Associações. A secretária geral Sônia
127 informa que irá encaminhar à Câmara Técnica de Recursos Humanos. A conselheira Anadil informa que esteve
128 nesta semana no Seminário de Mortalidade Materna como representante do CMS e com relação a morte das
129 parturientes as causas são de hipertensão, infecção, hemorragia, doenças intercorrentes do parto e anestesia, que
130 no Seminário foi colocado que nas cesáreas as mulheres correm maiores riscos de ter uma embolia, o mesmo não
131 acontecendo com o parto normal e por isso querem diminuir partos cesarianos, disse também que a mortalidade
132 mundial de parturientes é de 650 mil mulheres por ano, informou também, muitas vezes o médico dá alta a estas
133 mulheres na 39ª semana de gravidez, informando-a que quando a mesma passar mal que procure um hospital,
134 porém informa que foi avisado e colocado em alerta que as mulheres não devem aceitar isso, que pré-natal não

135 tem alta, e a alta é quarenta e dois dias após o parto. Pede que os profissionais tenham mais atenção e que as
136 mulheres façam um pré-natal de qualidade. A conselheira Betânia informa a data da VI Conferência Municipal
137 de Saúde que será realizada nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1999, no SESC Venda Nova, aproveitou a
138 oportunidade e convocou todos os conselheiros que fazem parte da Comissão e esclareceu que já tem comissões
139 de : infra estrutura, divulgação e comissão, temática e todas estão se reunindo e foi decidido em reunião que na
140 falta dos conselheiros três vezes consecutivos, o conselheiro seria substituído na Comissão Organizadora,
141 aproveita a oportunidade e convoca todos os conselheiros para participarem da reunião da Comissão que será dia
142 08/06, às 14:30 horas no Conselho Municipal de Saúde. O participante Moisés informa que faltam dois
143 documentos para ser anexado na listagem elaborada pela senhora Karla. O 1º Moção de repúdio aprovado em
144 Brasília; 2º - Informe sobre a implantação do BH Saúde na Pampulha e para que o CMS cumpra a deliberação de
145 ir à procuradoria pública, denunciou a falta de medicamentos no Centro de Saúde Oswaldo Cruz, questionou
146 com a gerente do Centro de Saúde, Maria Madalena Diniz Braga e pedir que na falta de medicamentos que seja
147 fornecidos uma listagem de saúde. A gerente Maria Madalena negou a listagem, alegando que o mesmo era leigo
148 e não poderia ter acesso a esta lista, informou que após muita insistência no fornecimento da lista dos
149 medicamentos em falta, a mesma continuou negando, alegando ser anti ético. O participante Moisés questiona o
150 que é anti-ético e o que é ser leigo? Acusa Maria Madalena de incapacitada para exercer a função de gerente do
151 Centro de Saúde e questiona o seu direito como cidadão de receber medicamentos e o acesso a esta lista que lhe
152 fora negado, acusou a mesma de acobertar a cumplicidade da SMSA o de não fornecer medicamento aos postos,
153 informou que o Centro de Saúde Santa Terezinha, funciona dentro da Policlínica da Pampulha e que este não
154 pode acontecendo tendo em vista estar previsto na Constituição do Centro de Saúde Santa Terezinha no
155 Orçamento Participativo 1999/2000, pede ajuda do Conselho para que se cobre do prefeito o Centro dentro do
156 prazo que é setembro/2000, que o CMS tome medidas com relação aos medicamentos. A secretária geral, Sônia,
157 pede ao senhor Moisés que faça por escrito todas as denúncias para que sejam encaminhadas à Câmara Técnica.
158 O conselheiro José Osvaldo passa informe sobre o HOB, propõe ao CMS de se fazer uma moção igual ao do
159 Conselho de usuários do HOB, de repúdio contra o médico José Henrique Cerqueira, informa que já foi
160 discutido a questão e que o conselheiro Cornellis ficou de marcar uma reunião da Câmara Técnica com o HOB,
161 colocou também a questão de duas matérias impressos em jornais locais desta semana, que foram analisados pela
162 comunicação do CMS, uma com relação ao outro empréstimo de 300 mil reais pela Santa Casa, informou
163 também que o presidente do Conselho, Roberto dos Santos, enviou um ofício para a Federação dos Hospitais e o
164 Ministério da Saúde pedindo informações a respeito do empréstimo que foi feito e porque não foi colocado pelo
165 Conselho, citou também a matéria sobre o plano nutricional da SMSA, onde a Secretaria deixou de receber um
166 milhão e tanto, informa que o presidente Roberto dos Santos e a secretária geral Sônia Santos fizeram um ofício
167 e já encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, pedindo esclarecimento pede que os usuários definam se
168 será ele ou a Gislene candidatos a presidência do Conselho. O conselheiro Antônio Carlos, acusa o conselheiro
169 Antônio Gomes de ter distorcido o que foi dito na plenária dos usuários, diz ser uma inverdade e que esta
170 acusação é muito séria, informa que foram definidos dois nomes para se tirar nesta reunião e que qualquer
171 usuário poderá se candidatar por não ter sido unânime esta indicação onde houve quatro abstenções e lança o seu
172 nome e o da conselheira Anadil como candidatos a mesa diretora, respondendo a fala do senhor Antônio, quando
173 se diz não para se bater de frente com a SMSA, diz que cobra discussão política e se não houver resposta tem
174 mesmo que se levar para o Ministério Público como diz a Lei 8080 e 8142, refere-se a relação pública, Karla
175 Marinho sobre o esquecimento da denúncia da Policlínica Silveira e pede que também entre neste documento. O
176 presidente do Conselho, Roberto dos Santos, informa que esta denuncia foi feita em Abril e este documento são
177 do mês de Maio. O conselheiro Antônio Carlos sugere que os próximos documentos sejam retroativos. O
178 participante Geraldo Florêncio, representante do Conselho de Usuário do HOB, repudia às leis trabalhistas em
179 ter dado ganho de causa o médico José Henrique e denuncia que há dois meses não consegue marcar um otorrino
180 no Posto de Saúde Vista Alegre, propôs a regionalização da Central de Marcação de consultas para facilitar e
181 resolver as dificuldades desta marcação por uma única central, denunciou que o Centro de Saúde Vista Alegre
182 como abandonado, semi-acabado em fase terminal, depredado e que data para inauguração era setembro de 1998.
183 O conselheiro e secretário municipal de saúde Marílio Malagutti informou que vai verificar sobre a construção
184 do Centro de Saúde Vista Alegre, informou também sobre as questões que hoje ameaça a gestão plena do CMS e
185 questão das sobrevivência das verbas do Ministério, informou sobre a portaria feita pelo governo, Ministério da
186 Saúde, onde o recurso vai direto para os hospitais universitários, informou também que hoje tem um recurso que
187 vai direto para o HC, HU na ordem de um milhão e novecentos mil reais, que a portaria dizia que para pagar o
188 HC, o dinheiro viria direto do Ministério, diz que os técnicos do DEPLAR entenderam que era só o HC, porém a
189 SMSA tem convênio com a UFMG, como o teste do pézinho e outros convênios, na faixa de 300 mil reais, então
190 a Secretaria autorizou este pagamento, apesar da verba de um mil e novecentos reais ir direto do Ministério para
191 o HC, informou que após quatro meses o próprio HC informou à SMSA que estava recebendo duas vezes pelo
192 mesmo serviço, recebia trezentos mil do Ministério e trezentos mil da SMSA e que este fato deu um rombo para
193 a SMSA de um milhão e duzentos mil reais aproximadamente, informou que estão fazendo negociação para
194 receber esta verba, que já mandaram funcionário à Brasília para resolver a questão. O secretário informa que em
195 Brasília disseram à funcionária representante, que era um problema da SMSA por erro de interpretação da
196 Portaria, mas defende dizendo que todos entenderam do mesmo jeito, informou também que o próprio HC
197 reconhece o erro do Ministério, diz que para receber este dinheiro será muito difícil, que além do recebimento
198 parcelado, é o serviço público, é administrado de forma lenta, informa que os trezentos mil a mais recebido pelo
199 HC foram gastos e ficaram sem o dinheiro e uma vez o não repasse desta quantia fez com que a SMSA ficasse
200 no prejuízo em detrimento do conjunto de serviço. Acusa as portarias do governo em fazer prejuízos,
201 prejudicando a gestão plena independente quem seja o prefeito ou secretário, falou que a 2ª portaria é mais

202 danosa para a administração e que é importante o Conselho saber. Faz a suposição citando como exemplo que
203 ABI – piso de detenção básica: cinco milhões de reais, Oncologia: dois milhões de reais. Citando estes
204 “exemplos”, informa que o Ministério fez uma portaria dizendo que se este dinheiro não for gasto com
205 Oncologia, internações no mês ou seja esta verba não for gasto para a finalidade específica no mês próximo a
206 SMSA receberá menos por não ter gasto aquela verba, porém o secretário explica que às vezes a administração é
207 feita da seguinte forma: Economiza-se por exemplo com internações desnecessárias fazendo um atendimento
208 domiciliar e redistribui esta renda nas áreas necessárias e críticas e mesmo assim estão com um déficit de um
209 milhão, e declara que se o governo fizer realmente isto, vai diminuir a verba do SUS e arrebentar com a
210 administração, e vai liquidar a gestão plena, diz que esta portaria é uma ameaça a todos os sistemas de saúde.
211 Considera esta portaria como a pior coisa que está acontecendo, ou de possíveis briga política internas, informou
212 inclusive que é uma ameaça ao Conselho, acusa o governo federal de centralizar a verba a nível do Ministério.
213 Pede que não se menospreze estas questões. Conclui sua fala dizendo que a criatividade da administração para
214 repor o dinheiro como abrir postos, melhorar as condições de pagamentos, contratar mais pessoas, etc, ficam
215 inviabilizados pois este é um dinheiro “encaixotado” estabelecendo o quanto será gasto com o quê, denuncia que
216 é uma forma desonesta de deixar o dinheiro em Brasília, diz não saber se estas portarias foram repassadas pelo
217 Conselho Nacional de Saúde, só sabem que elas são soltas e vão entrando em vigor. A conselheira Gislene, pede
218 que a mesa faça imediatamente uma reunião e que recorre a todo o sistema judiciário e que se inicie uma
219 campanha contra esta portaria para que possa entrar em todas as estâncias e recorrer ao Conselho Nacional, acusa
220 o Ministro José Serra de destituir a autonomia. O conselheiro João Athayde propõe que seja tirado uma comissão
221 junto com a Secretaria para ir à Brasília, discutir esta portaria com o Ministério, junto com o Conselho Nacional
222 de Saúde. O conselheiro Garcia apoia a fala do João Athayde e diz que é grave esta denuncia da portaria e que
223 tem que se mobilizar de todas as formas para impedir que seja colocada em prática. O presidente Roberto dos
224 Santos, informou que o pessoal do Confisco entregou um documento pedindo toda a relação de compras de
225 medicamentos da SMSA, informou que o documento está a disposição de todos no CMS, em seguida informou
226 que incluirá na pauta desta reunião a Dr^a Maria de Fátima de Oliveira, da Corregedoria da Prefeitura para prestar
227 esclarecimentos. A secretária geral Sônia Santos, informou que na última reunião extraordinária do CMS foi
228 convocada uma pessoa da corregedoria para representa-la e justificar porque em determinados postos de saúde
229 estão implantando urnas para os usuários votarem e sua opinião sobre o serviço de saúde inclusive como o
230 telefone da Corregedoria, informou também que a principio a senhora Fátima não poderia comparecer à esta
231 reunião porém após acertado a pauta e enviados os telegramas com a pauta a mesma se colocou a disposição da
232 reunião. A secretária geral pergunta ao plenário se incluía na pauta o assunto de muito interesse para os
233 trabalhadores de saúde e usuários. O conselheiro Cornellis, faz intervenção e propõe que se inverta a pauta e que
234 seja discutido primeiro a eleição da mesa diretora e o que a nova mesa irá propor em termos de condução do
235 Conselho de Saúde, diz que o Conselho não é uma luta cooperativista, que não adianta segmentos ficar
236 indicando e não mostrarem as propostas. A secretária geral, Sônia, pergunta ao Plenário se concorda que a
237 senhora Maria de Fátima preste esclarecimentos e completa dizendo que se haver muito questionamento,
238 agendariam uma reunião específica para o assunto. Em seguida, a corregedora adjunta, Maria de Fátima, diz
239 estar nesta reunião em respeito ao CMS, informou que o CMS, no dia 20/05/99, passou um fax para a
240 Corregedoria solicitando o esclarecimento sobre a colocação de urnas, informou também que desde a semana
241 passada já estava agendada para fazer esta explanação, que pode estar havendo uma confusão no CMS, para uma
242 formação da pauta e diz não ter disponibilidade, pois está em substituição à titular, conduzindo um órgão que
243 tem uma demanda muito grande, pede que dê pelo menos 10 minutos para que seja esclarecido o problema,
244 apesar deste tempo não ser o ideal. A conselheira Betânia esclarece que na reunião passada o CMS, convidou a
245 Corregedoria para esclarecimento, informou que aquela oportunidade não era possível o comparecimento de um
246 representante da Corregedoria, diz que ela quem recebeu o telefonema da assessora na qual falou que poderia
247 comparecer no dia 02/06 e ficou inclusive certo na Secretaria Executiva do CMS que nesta reunião estaria como
248 1º ponto de pauta, e informou ao conselheiro José Osvaldo que quando tomou conhecimento da não inclusão dos
249 esclarecimentos da Corregedoria na pauta, indagou o José Osvaldo o motivo, informa que o mesmo disse que
250 não o fizeram anteriormente, mas que colocariam depois, diz ser um desrespeito de não colocarem, pois já estava
251 marcado e certo de que a secretária geral pediu inclusive que a SMSA enviasse um telegrama para os Centros de
252 Saúde, informando a presença da Dr^a Maria de Fátima a essa reunião, diz que se a plenária não concorda e é um
253 desrespeito. A secretária geral Sônia, informou que após consultar o plenário, que a senhora Maria de Fátima
254 prestará esclarecimentos e na possibilidade de haver questionamentos nesta reunião, será tirado uma comissão
255 para acompanhar e discutir depois com a corregedora, em seguida pergunta a senhora Maria de Fátima se ela
256 concorda que seja tirado uma comissão, com a concordância dela e do plenário ela presta os esclarecimentos. A
257 Dr^a Maria de Fátima, diz que com relação a qualquer dúvida e mais esclarecimentos, poderão ser buscados na
258 Corregedoria, ou pelo telefone 277-6320 e nos próprios Centros de Saúde e Distritos Sanitários, informa que a
259 Corregedoria foi criada em 1957 e pela Lei que a criou, teria três funções básicas que é: ouvir o cidadão e dar
260 encaminhamentos às questões que ele demandar. Que a Corregedoria está apenas colocando em prática uma
261 previsão legal de 1957, como o prefeito Célio de Castro colocou em palanque que criaria uma ouvidoria,
262 examinaram as leis anteriores e certificaram que esta previsão legal já exista e isto não demandaria nenhum
263 encaminhamento à Câmara para aprovar esta lei, diz que a Corregedoria começou a implantar este projeto no ano
264 passado com o nome de “não gostei” e por avaliação dos usuários e dos servidores este não era um nome
265 adequado para o projeto, verificou-se então a possibilidade de trocar este nome para “Fala Cidadão”, informa
266 que os nomes veio acalhar, porque a emenda constitucional 19, já está prevendo a avaliação do serviço público,
267 dos servidores públicos e outras questões que não competem ser mencionadas no momento, diz que a colocação
268 de urnas visa exclusivamente avaliar a administração, a prestação de serviço e o trabalho da prefeitura, para que

269 a prefeitura tome conhecimento das reclamações da população podendo assim promover mudanças estruturais,
270 do comportamento e de conduta para que se atenda melhor o usuário. Declara que não interessa somente
271 mudanças feitas pelo gabinete, mesmo sendo bem intencionado, pois a mesma não ouviu o usuário, informou
272 que o objetivo do projeto é fazer uma mudança pertinente ao desejo e necessidade do usuário e que em alguns
273 postos já tem a urna e estão mandando confeccionar mais urnas para poder abranger mais postos, há uma idéia de
274 fazer um rodízio das urnas, de acordo com a administração regional, informa que toda administração regional
275 tem uma urna e estão engajadas no projeto e tem o aval da secretaria do governo e do prefeito de BH, informou
276 que o prefeito Célio de Castro diz no primeiro relatório ao exame que este projeto levava a marca de governo e
277 que ele queria que fosse uma grife do governo Célio de Castro, por isto justifica a colocação nos Centros de
278 Saúde e declara que a intenção é colocar em todos os postos de saúde com respaldo e fundamento na Lei 1957 e
279 Lei 641. A secretária geral Sônia, pede que os conselheiros dê os nomes para que seja formado uma comissão,
280 principalmente os trabalhadores, e para que o CMS tenha um parecer jurídico da legalidade desta questão,
281 também precisa ter um parecer jurídico dos sindicatos com relação a esta Lei. O conselheiro Paulo Roberto
282 Venâncio de Carvalho, faz uma intervenção e pede licença para fazer um encaminhamento sobre o protesto do
283 conselheiro Garcia, pede que junte a CTRH e CTCA para questionar a legalidade e sim o momento que ela
284 aparece no Posto e o efeito que está causando. A secretária geral coloca em votação as propostas de atas de
285 reuniões realizadas nos dias 23/07, 06/08, 20/08 e 03/09/98, não havendo nenhuma retificação, ficando
286 aprovadas as atas dos dias 23/07, 06/08, 20/08 e 03/09, em seguida encaminha a proposta do conselheiro
287 Cornellis para que seja invertida a pauta, sendo que como ponto de pauta a eleição da mesa diretora e a pauta
288 final o VIGISUS. O conselheiro Cornellis faz uma intervenção e propõe que seja modificado na sua proposta em
289 função da urgência da aprovação do VIGISUS, e que com relação a eleição da mesa diretora o assunto é muito
290 sério e que é necessário que se saiba a política da nova mesa diretora, acha que além de sabem em quem votar,
291 tem que se discutir e propõe uma reunião extraordinária somente para discutir a política da nova mesa diretora
292 do CMS. A secretária geral, fez a chamada dos conselheiros para a votação da proposta, ficando marcada a
293 eleição da mesa diretora para uma reunião extraordinária. A secretária geral convida a senhora Mônica que dará
294 prosseguimento da reunião com o Projeto VIGISUS. O conselheiro Antônio Carlos pede para que seja definido
295 uma data da reunião extraordinária, acrescentando que o plenário deve decidir a data e não a mesa diretora. O
296 conselheiro João Athayde esclarece aos conselheiros que a mesa diretora dá encaminhamentos para a decisão da
297 plenária. A secretária geral Sônia, informa que a proposta de datas para discussão da nova mesa diretora é dia
298 10/06 ou 17/06/99. Por consenso fica aprovado uma nova data a ser marcada para a eleição da nova mesa
299 diretora em uma reunião extraordinária do CMS com um único ponto de pauta: eleição da mesa diretora anuênio
300 1999/2000. Em seguida a secretária geral passa a palavra para Dr^a Mônica, que faz apresentação do Projeto
301 VIGISUS, sendo este o último ponto de pauta, pede a todos conselheiros que respeitem a presença dela e chama
302 atenção de vários conselheiros, citando pelo nome dos mesmos. Dr^a Mônica é médica sanitária da SMSA do
303 Núcleo de Epidemiologia, inicia a apresentação do Projeto VIGISUS, informando que o mesmo foi elaborado
304 pela Fundação Nacional de Saúde e que tem como objetivo principal de estruturar o Sistema Nacional de
305 Vigilância à Saúde e é composto por uma área de vigilância epidemiológica. Dr^a Mônica pede a atenção de todos
306 os conselheiros, só poderão conseguir viabilizar a proposta do VIGISUS na SMSA após uma avaliação do CMS
307 e de um parecer positivo, informa que ontem apresentou os projetos para as Câmaras Técnicas e obtiveram um
308 parecer favorável, explica que é fundamental que o plenário esteja ciente dos projetos que irão apresentar tanto
309 na Secretaria do Estado, quanto os que serão encaminhados para o Ministério da Saúde, para que possa fazer um
310 acompanhamento do desenvolvimento das propostas. A seguir informa “novamente” que o Projeto VIGISUS, é
311 um projeto da FNS e tem como objetivo estar estruturando melhor tanto a área de vigilância epidemiológica, que
312 é uma área que faz o controle de todas as doenças que podem se tornar epidêmicas como: Sarampo, Meningite,
313 Leishmaniose, Leptospirose, Dengue e etc., quanto também estruturar uma área de vigilância ambiental que
314 aborde os riscos relacionados, tanto ao meio ambiente, quanto ao ambiente do trabalho, informou que este
315 Projeto prevê a elaboração de propostas que vão ser examinados pela Secretaria Estadual, pelo nível Federal em
316 quatro áreas: 1º - Estruturação da vigilância epidemiológica; 2º - Estruturação da vigilância ambiental; 3º -
317 Controle das doenças das populações indígenas; 4º - Controle da doença da Amazônia legal. Informa que é um
318 projeto de abrangência nacional, e que naturalmente no estado de Minas Gerais, apenas as três primeiras áreas
319 estão contempladas, uma vez que a Amazônia legal faz parte do Norte do país, e que com relação a população
320 indígena o estado de MG, ainda tem alguns remanescentes, porém não no município de BH, informou que no
321 município de BH poderão estar apresentando alguns projetos nas duas primeiras áreas, que a estrutura gerencial
322 do VIGISUS tem uma gerência a nível nacional que é onde se faz a condução política e a supervisão global deste
323 projeto feito pelo Ministério da Saúde. Aprovação de prioridades; com relação ao país como um todo que é na
324 Comissão de Intergestores Tripartite e uma gerência operacional que é chamada de Unidade Gerencial de
325 Projeto, dentro da Fundação, a nível estadual a avaliação das propostas é feita pela UAT/SES, pelo Conselho
326 Estadual de saúde, e a aprovação de prioridades é no CIB Estadual, a nível municipal quem gerencia este projeto
327 é o CMS que faz avaliação das propostas e acompanhamento do projeto no município e a SMSA que elabora e
328 avalia propostas provenientes de outras instituições, dá encaminhamento para unidade de apoio técnico do estado
329 para aprovação. Informa que as propostas que possam existir dentro deste projeto chama-se cartas consultas ou
330 subprojetos, diz que no caso da Carta Consultas, ela pode prever compra de material permanente, compra de
331 equipamentos e contratação de consultorias e no caso de subprojeto tem a previsão de alguma obra, diz também
332 que o projeto tem que está dentro das áreas programáticas e as instituições preponentes podem ser: SMSA,
333 organização não governamental, Instituto “Renê Rachou”, FUNED, Universidade e qualquer instituição de
334 caráter público, filantrópico ou não governamental que atue na área de saúde, informou que apresentado então
335 um projeto seja sob forma de “Carta Consulta” ou subprojeto, terá que ser apreciado pelo CMS, que por sua vez

336 dá um parecer e encaminha para uma instância da Secretaria do Estado, aquela unidade de apoio técnico da
337 Secretaria do Estado, avalia as propostas e encaminha para o CIB estadual, e que é a Comissão Bipartite que
338 define as prioridades e no final irá para Brasília e será apreciado a nível nacional, pela Fundação Nacional de
339 Saúde aí então será recebido uma locação de recursos financeiros, não sendo possível realizar contratação de
340 recursos humanos, a não ser em caráter temporários como: estagiário ou como consultoria e assessoria técnica, o
341 projeto VIGISUS está previsto para sete anos, sendo uma primeira fase de 1999/2001, que vai contar para a
342 Vigilância Epidemiológica com sete milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais, para todo o estado de MG,
343 para a vigilância ambiental, quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil para toda MG, este projeto é para
344 melhorar a Vigilância Epidemiológica e ambiental da Dengue e que a Dengue apresenta múltiplos aspectos no
345 seu controle, não só a questão assistencial e controle vetorial, precisa não só de uma atuação de setor saúde como
346 também de outros setores e principalmente da participação popular. Este projeto de estar melhorando a
347 Vigilância Ambiental e Epidemiológica do Controle da Dengue, foi pensado no sentido de que se abordasse os
348 múltiplos aspectos envolvidos no controle dessa doença, não existe nenhuma experiência a nível de Brasil, ou
349 mesmo de Cuba, onde ocorreram epidemia de Dengue, com relação a Dengue na criança, informa que a própria
350 definição do conceito de suspeita que o Ministério coloca para começar o processo de investigação da Dengue e
351 desenvolver as medidas de controle se aplica muito para os adultos mas não se aplica para as crianças. O projeto
352 prevê uma vigilância da Dengue na criança, melhorando a questão do diagnóstico, quando implementando ações
353 de assistência que vão reduzir a letalidade, informa que o segundo ponto é a capacitação de recursos humanos da
354 Zoonoses tanto para estar manejando o material no controle químico do vetor quanto para estar prevenindo
355 acidente do trabalho, o terceiro ponto é construir pontos de apoio para os trabalhadores de controle de Zoonoses
356 no sentido de melhorar as condições de trabalho, principalmente relacionados ao risco do manejo dos produtos
357 químicos de uma maneira bastante frequente e regular, o quarto ponto é o aprimoramento do sistema de
358 informação onde se prevê uma finalização do projeto de informatização e também de um banco de dados que
359 permite trabalhar com geo processamento e mapeamento dos casos e do Controle Vetorial, informou também
360 que na área de participação popular o projeto visa ampliar a participação popular do sistema de informação onde
361 se prevê uma finalização do projeto de informatização e também de um banco de dados que permite trabalhar
362 com geo processamento e mapeamento dos casos e do controle vetorial, informou que na área de participação
363 popular o projeto visa ampliar a participação popular e otimizar a atuação do SOS/Saúde, principalmente através
364 de uma capacitação de monitores nas escolas municipais e também de uma revisão no projeto “Adote seu
365 quarteirão”. “Passando para a apresentação do segundo projeto, a ampliação e reforma do Centro de Controle de
366 Zoonose que é uma unidade do bairro, São Bernardo que fez todo processo de captura de grandes animais, assim
367 como acompanhamento de todos os animais doentes e cita como exemplo os cães que foram detectados com
368 suspeita de Leptospirose e também a inclusão da reforma do “Lasope” que é um laboratório de Zoonose, que faz
369 o diagnóstico estadual de raiva canina, lâminas de Leishmaniose canina e a identificação larvária de Aedes
370 Egypti, informa que com esta reforma, se pretende também montar um laboratório de Endomologia, que faz todo
371 o controle dos mosquitos, a seguir apresenta os cães que foram detectados com suspeita de Leptospirose e
372 também a inclusão da Reforma do “Lasope” que é um laboratório de Zoonose, que faz diagnóstico estadual de
373 raiva canina, lâminas da Leishmaniose Canina e a identificação larvária do “Aedes Egypti”, que com esta
374 reforma se pretende também montar um Laboratório de Entomologia, que faz todo o controle de mosquitos. O
375 terceiro projeto é a avaliação de qualidade do Sistema Epidemiológico que tem na cidade estudando
376 principalmente a questão da Meningite, uma doença com grande impacto social, pelo risco que ela apresenta de
377 letalidade e pode ser um indicador significativo para avaliar e adotar medida que devam melhorar o sistema de
378 vigilância epidemiológica. O quarto projeto é a implantação de um sistema de vigilância rotineira em causas
379 externas na cidade tanto à nível de modalidade quanto de mortalidade, as causas externas apresentadas
380 principalmente acidentes de trânsito, de trabalho, homicídios e suicídios são uma das principais causas de
381 mortalidade na cidade é a 3ª e 4ª causa nos últimos, não se tem nenhuma vigilância e acompanhamento desses
382 casos, e que este projeto prevê que se faça um acompanhamento em locais considerados sentinelas com: Hospital
383 João XXIII, HOB, Santa Rita de Contagem e Pronto Socorro de Venda Nova, para que se consiga detectar e
384 mais precocemente possível os traumas provenientes desta causa externa, para que possa ser discutida a questão
385 assistencial como outras ações e cita por exemplo a BHTRANS, para que possa estar interferindo na cidade de
386 forma positiva para que assim possa reduzir a mortalidade. Terminada a apresentação do Projeto VIGISUS, o
387 presidente do CMS, Roberto dos Santos, pede ao 1º secretário João Athayde o parecer da Câmara Técnica e
388 informa que após este parecer abrirá para a plenária fazer perguntas à Drª Mônica e pede que seja feito as
389 inscrições com a Secretária Geral Sônia. O conselheiro João Athayde, informa que tem acompanhado pelos
390 jornais a questão que tem acontecido no Barreiro, a Leptospirose e que a mesma está voltando cheia, diz que o
391 Ministério da Saúde e a fiscalização estão desarticulados, informa que tem que ser chamado a responsabilidade
392 de cada conselheiro. Declara que os conselheiros são representantes da sociedade de BH e que os conselheiros
393 estão dispersos, diz que enquanto da Drª Mônica, pessoa de alto gabarito fez a explanação tão importante, os
394 conselheiros estão conversando, chama a atenção à responsabilidade dos conselheiros nesta questão, informa que
395 a Câmara Técnica entende que esta questão não é o que o CMS gostaria que fosse, questiona sobre a contratação
396 do pessoal, porém diz que como esta questão é um recurso que virá para a Secretaria, a idéia da Câmara Técnica
397 para o Conselho é que se aprove o projeto na medida do possível para possa fluir e melhorar o Projeto VIGISUS,
398 faz a leitura do parecer da Câmara Técnica: “As CTF, CTCA e CTRH em reunião realizada em 01/06/99 no
399 CMS-BH, às 14:30 horas, para análise do VIGISUS/SMSA-BH, considerando que contrapartida do município
400 não passa de 20% do total do projeto e transferido com o pagamento de recursos humanos e aparelhagem
401 necessária para a implantação do projeto, que o conceito de ambiente deve ser melhor trabalhado nas novas
402 etapas do projeto, englobando a área de saúde do trabalhador e meio ambiente, que o Projeto é rico em critérios

403 mas especifica pouco sobre a implantação prática. As CTCA, CTF e CTRH, recomenda a aprovação do projeto
404 em plenária e que o Conselho acompanhe todas as fases de implantação. Após a leitura do parecer o conselheiro
405 João Athayde pede ao setor de Epidemiologia, que situe o Conselho através de uma grade, de toda essas
406 informações para que o CMS tenha condições de fazer este acompanhamento, coloca a seguir outra questão que
407 foi proposta, que através da Bipartite, seja levantado a questão da região metropolitana, informou que o CMS
408 considera este trabalho e que a SMSA deva buscar o trabalho feito pela Epidemiologia. A conselheira Efigênia,
409 parabeniza a Dr^a Mônica e diz sentir triste ao ver a plenária desinteressada pelo assunto de tanta importância, as
410 pessoas interessadas em ouvir como eu, terá que sentar junto com a mesa para ouvir algo, propõe que a mesa
411 diretora faça uma sala para quem queira conversar e outra para quem quer ouvir a palestra. O participante Elcio
412 Carajá, membro do Conselho Estadual de Saúde, informou que como morador do Barreiro, percebe a questão
413 epidemiológica na região é assustadora, nos últimos três anos e que precisa de uma intervenção forte da SMSA,
414 questiona a participação popular no Projeto VIGISUS tanto a nível ambiental quanto as doenças, pergunta a Dr^a
415 Mônica, em relação ao projeto de participação popular como ele vai se dar, com a atuação de outros setores da
416 prefeitura. O conselheiro Antônio Carlos esclarece que participou da reunião das Câmaras Técnicas no dia
417 01/06/99 e ficou preocupado com a questão dos recursos humanos, pede que seja incluído recursos humanos
418 futuros, que se faça um planejamento dos recursos humanos que irão precisar, acusa os funcionários da SMSA
419 de sobrecarregados e que se inclua para o futuro essas questões pois acredita que o processo ultrapasse o ano de
420 2005, questiona a data de entrada do VIGISUS na SMSA e denuncia que os projetos estão chegando na
421 Secretaria em cima da hora e critica a mesa diretora do CMS dizendo acreditar que nenhum membro do
422 Conselho tenha ido visitar o Barreiro pessoalmente. O conselheiro Antônio Gomes, parabeniza a Dr^a Mônica e
423 cita o problema da região do Barreiro, a Prefeitura precisa de maior verba para resolver problemas como a
424 canalização, meio ambiente e etc., chama atenção da atual situação da região do Barreiro. O conselheiro José
425 Osvaldo dirigiu a sua fala ao conselheiro Antônio Carlos e diz que com relação ao que o mesmo criticou a mesa
426 diretora do CMS em não haver discutido questões da Leptospirose no Barreiro, estenderia as críticas a todos os
427 conselheiros, a CT de Saneamento não está funcionando e propõe a aproximação dos conselheiros com grupo de
428 Epidemiologia, assume as falhas dos conselheiros nas questões ambientais. A conselheira Dalva Imaculada,
429 acusou os projetos da SMSA de estarem chegando na última hora e terem que ser decididos rapidamente, acusa a
430 SMSA de desrespeitar o CMS e propõe que a SMSA envie projetos com antecedência para que haja uma melhor
431 discussão entre os membros do Conselho. A conselheira Anadil, reforçou a fala dos conselheiros Antônio Carlos
432 e Dalva com relação ao tempo que os projetos chegam ao CMS e propõe que a SMSA envie os projetos ao CMS
433 antes de enviar para Brasília, com tempo ágil para maior discussão. Dr^a Mônica esclareceu as questões
434 relacionadas com a participação popular e integração Inter Setorial, diz ser estas questões, um dos pontos
435 principais do controle da Dengue e informa que essas questões pretende-se fazer uma otimização do SOS-Saúde,
436 naquilo que a população já o identifica como trabalho, como nos encaminhamentos de demanda, nas questões
437 ambientais e nas discussões das capacitações técnicas e formação nas escolas de professores e monitorias nas
438 questões ambientais, informou em relação ao recursos humanos, os projetos apresentados é para a primeira fase,
439 o edital que saiu via Ministério da Saúde, coloca que há uma primeira fase, que é 1999/2000/2001 e
440 posteriormente outros projetos serão feitos para os outros anos que o Projeto VIGISUS prevê. Informou que o
441 Projeto VIGISUS irá aperfeiçoar e melhorar coisas que já estão desenvolvendo, disse que pela impossibilidade
442 de se fazer uma contratação de recursos humanos em caráter permanente através de concurso público há de ter
443 uma preocupação em não gerar novas atividades nos quais os profissionais já inseridos nos serviços da SMSA
444 não terão como responder na rotina, justifica que em alguns projetos prevê um estudo no sentido de se melhorar
445 o conhecimento de determinados problemas que levarão à uma série de proposta de atuação, justifica o fato desse
446 projeto apresentado ser “singelo” neste sentido, informa se a verba fosse maior, certamente a SMSA estaria
447 fazendo coisas mais significativas e contundentes. Informou também o fato de não poder contratar em caráter
448 permanente, restringe o elenco dos projetos que se possa eleger, esclareceu que não houve nenhum
449 encaminhamento do Projeto VIGISUS para Brasília, sem passar pela aprovação do CMS, disse saber da
450 legalidade desses encaminhamentos e entende-se da legitimidade a qual acatam. Com relação aos prazos que
451 tiveram, informou que o edital da SES saiu no início de Abril/99, e que pela falta de divulgação só chegaram ao
452 conhecimento deste edital porque foram a SES saber como estava o VIGISUS e neste dia 27/04/99, foram
453 surpreendido pelo Edital do dia 05/04/99, questionou-se o prazo e procurou o CMS onde explicou em reunião o
454 que era o Projeto VIGISUS e que teria o que fazer, o tempo foi curto para a elaboração dos projetos e que para
455 isto, reuniu-se com a área técnica da SMSA e discutiram as questões prioritárias que cabiam no VIGISUS,
456 considerando a preocupação de não gerar atividades que fossem além da rotina. Justifica a definição de melhorar
457 a Dengue na criança são as parcerias com o HC, Centro Geral de Pediatria e o HOB. Esclarece o que o
458 conselheiro Antônio Carlos colocou, em relação da reforma do CCZ – Centro de Controle de Zoonose, informa
459 que em outro momento foi feito um projeto arquitetônico acompanhado e aprovado pelo Ministério da Saúde e
460 explica que não tem nada ver com o VIGISUS. Explica que entraram com este projeto no Ministério tentando
461 uma destinação de recursos para que a SMSA conseguisse fazer, informou que o Ministério aprovou
462 tecnicamente o Projeto, porém não repassou o recurso, que os funcionários da Zoonose fizeram um contato a
463 nível ministerial e receberam deles a sugestão de entrar com este Projeto no VIGISUS pois teriam chance de ser
464 aprovado, o Projeto está no VIGISUS, porém a apresentação do mesmo foi em outra época, onde não se falava
465 do VIGISUS, esclareceu que havia se comprometido em trazer as cópias do Projeto VIGISUS para esta reunião
466 porém foi impossível devido a maquina de xerox estar estragada. Esclarece que o curto prazo da apresentação do
467 Projeto VIGISUS como não sendo culpa da SMSA, pois só ficaram sabendo porque foram a SES. A funcionária
468 da Zoonose, Cláudia completou informando que este Projeto foi encaminhado ao Ministério desde 1995, desde
469 então vem tentando obter recursos para a reforma do CCZ, e na época não existia o VIGISUS, o que existia era

470 uma promessa do Ministério vinculando o recurso ao encaminhamento de um Projeto, fato este que levou à
471 SMSA entrar em contato com a SUDECAP na elaboração de um projeto arquitetônico e mesmo assim não
472 conseguiram o recurso, recurso este que vem sendo aguardado desde 1995, esclarece que na questão do Projeto
473 da Dengue não estão criando demanda nova e sim que as propostas de melhorias das condições de saúde do
474 trabalhador foram discutidas numa Comissão, que foi criada com representação inclusive dos trabalhadores, da
475 qual também participam pessoas do SINDIBEL que entenderam que tem duas questões no que se refere à saúde
476 dos trabalhadores com prioridades a serem atacadas: 1 – treinamento e 2 – Resolução do problema do ponto de
477 apoio dos trabalhadores e finaliza informando que estes dois pontos entraram no Projeto criando melhoria nas
478 condições o trabalho e não trabalho. A conselheira Adélia contemplou a fala da Dr^a Mônica com relação a data
479 do encaminhamento da discussão do VIGISUS em 1995, em um Seminário, na época este Seminário foi
480 desorganizado, chegando ao ponto que as 10:00 horas da manhã não tinha pessoas para serem discutidas as
481 questões, somente no final de abril/99 que a Escola de Enfermagem foi informada, confia plenamente nas
482 Câmaras Técnicas e questiona a SMSA qual o recurso destinado a este Projeto e se haverá competição entre os
483 projetos a serem aprovados. O conselheiro João Athayde questionou a Dr^a Mônica as questões do Projeto que
484 irão a Brasília e como o CMS pode fazer este acompanhamento, justifica o seu questionamento em função da
485 demora das aprovações dos Projetos em Brasília. O conselheiro Antônio Carlos cobrou da SMSA a apresentação
486 dos projetos ao CMS com antecedência, os Projetos que encaminhou a Brasília. Dr^a Mônica esclareceu que na
487 questão dos recursos, a SMSA tem um levantamento que o Projeto ficaria em torno de hum milhão e meio de
488 reais para os três anos, informou que para a Vigilância Epidemiológica são sete milhões e setecentos e cinquenta
489 e dois mil reais e Vigilância Ambiental são quatro milhões e duzentos e setenta e dois mil reais, esclarece que
490 com relação a competição dos Projetos será pequena motivada pela falta de divulgação, não recebe na SMSA
491 nenhum outro Projeto proveniente de outra instituição que tivesse que ser examinado pela área técnica da
492 Secretaria, nem pelo Conselho, para propostas em BH, nas questões de acompanhamento do Projeto uma vez que
493 o Projeto cumpre os critérios de exigibilidade colocado pelo Ministério e que eles sejam aprovados pela Bipartite
494 estadual, também terão que fazer um processo de acompanhamento na Bipartite estadual para estar garantindo a
495 aprovação deste Projeto e que uma das atribuições do CMS previsto no próprio manual do Projeto e o
496 acompanhamento a nível municipal do que for aprovado, inclusive com correção de rumo se for necessário,
497 conta com o CMS para o cumprimento do papel e responsabiliza a SMSA da parte ao qual cabe a
498 responsabilidade. O presidente do CMS, Roberto dos Santos, pergunta ao plenário se o projeto está esclarecido e
499 se é de consenso a aprovação do Projeto VIGISUS, como todos os conselheiros estão de acordo, o Projeto
500 VIGISUS é aprovado por consenso. O conselheiro José Osvaldo passa a informação sobre o estado de saúde do
501 ex-conselheiro Antônio Guimarães que se encontra hospitalizado com problemas cardíacos. O presidente do
502 CMS, Roberto dos Santos, pergunta ao 1º secretário, João Athayde, sobre o outro Projeto a ser votado, projeto
503 este que se refere a colocação de urnas nos Postos de saúde. O 1º secretário informou que o Projeto será
504 encaminhado para as Câmaras Técnicas. O conselheiro José Osvaldo, questiona a questão do HOB e sugere que
505 a mesa diretora do CMS faça uma consulta com alguns juristas para saber se o CMS pode abrir uma CPI sobre
506 esta questão. O 1º secretário, João Athayde esclarece que esta questão da ação da justiça contra o HOB
507 dificilmente será revertida e propõe que seja negociado a dívida em parcelas, pois o montante sendo pago de uma
508 só vez irá desmontar o HOB, e acusa a Legislação Brasileira não prevê o que poderá ocorrer no futuro. O
509 conselheiro Antônio, propõe que o Dr. José Henrique seja trocado de cargo pela secretaria ou pelo prefeito. A
510 conselheira Sônia Ribeiro, contempla a fala do conselheiro João Athayde e sugere que este caso seja mais
511 divulgado e denunciado, pois compromete o povo. A conselheira Leda, disse assustada com a justiça do país e
512 questiona o direito de ser somente este médico e receber este montante, sugere que se faça um manifesto contra
513 esta resolução. O conselheiro Antônio Gomes, acusa de imoral a questão do HOB e que no Brasil quem tem
514 dinheiro passa na frente de quem não tem, informou que processos menores estão paradas no HOB. O
515 conselheiro Antônio Carlos, acusa o poder público na questão HOB e sugere que o Conselho faça uma proposta
516 de encaminhamento de um projeto na Câmara para saber se o cargo é vitalício ou não. A conselheira Adélia
517 informa que tem cinco processos na justiça e já ganhou um e está em última instância e questiona e forma de
518 pagamento dentre os processos, sugere que com relação a questão no HOB seja pago em 50 anos. Às 17:30
519 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e
520 aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela secretária-geral. Belo Horizonte, 02 de junho de
521 1999.
522 TDSP/vld
523